

Fatores determinantes do nível de transparência de mantenedoras de instituições de ensino superior privado no Brasil

NEURI LUIS HAMMES (UNISINOS) - neurihammes@gmail.com

Clóvis Antônio Kronbauer (Unisinos) - clovisk@unisinos.br

José Ribamar Marques de Carvalho (UFMG e UNISINOS) - profribamar@gmail.com

Gianinni Martins Pereira Cirne (UFMG e UNISINOS) - gianinni.martins@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste estudo é identificar os fatores determinantes que explicam o nível de transparência divulgadas por mantenedoras de IES privadas no Brasil. Examinaram-se as demonstrações contábeis de uma amostra de 39 mantenedoras de IES privadas sem fins lucrativos (IESSFL) e 6 mantenedoras de IES privadas com fins lucrativos (IESCFL), divulgadas entre os anos de 2011 a 2016. Os resultados gerais apontam para o cumprimento parcial da divulgação. Para as mantenedoras de IESSFL, o índice de transparência obrigatória indica uma média 77,32% e para as mantenedoras de IESCFL o índice alcança a média de 82,55% no atendimento às normas contábeis. Já o índice de transparência voluntária aponta para uma média de 13,26% para as mantenedoras de IESSFL e 16,94% para as mantenedoras de IESCFL. De outro lado, para as mantenedoras de IESCFL, confirma-se uma relação positiva e significativa entre o tamanho e a auditoria BigN para um maior nível de transparência obrigatória. Com relação à transparência voluntária, o estudo aponta para uma relação positiva e significativa para a variável gratuidades como potencial influenciadora do maior nível de transparência das mantenedoras de IESSFL e para as mantenedoras de IESCFL, a variável tamanho e local apontam para os maiores níveis de transparência voluntária. O fator determinante da transparência obrigatória resultou ser a auditoria por uma BigN, que se mostra positivamente associada com o maior nível de transparência divulgada nas demonstrações contábeis de mantenedoras de IES privadas no Brasil.

Palavras-chave: *Mantenedoras de IES privadas. Transparência. Legitimidade. Informação Contábil.*

Área temática: *Custos aplicados ao setor privado e terceiro setor*

Fatores determinantes do nível de transparência de mantenedoras de instituições de ensino superior privado no Brasil

RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar os fatores determinantes que explicam o nível de transparência divulgadas por mantenedoras de IES privadas no Brasil. Examinaram-se as demonstrações contábeis de uma amostra de 39 mantenedoras de IES privadas sem fins lucrativos (IESSFL) e 6 mantenedoras de IES privadas com fins lucrativos (IESCFL), divulgadas entre os anos de 2011 a 2016. Os resultados gerais apontam para o cumprimento parcial da divulgação. Para as mantenedoras de IESSFL, o índice de transparência obrigatória indica uma média 77,32% e para as mantenedoras de IESCFL o índice alcança a média de 82,55% no atendimento às normas contábeis. Já o índice de transparência voluntária aponta para uma média de 13,26% para as mantenedoras de IESSFL e 16,94% para as mantenedoras de IESCFL. De outro lado, para as mantenedoras de IESCFL, confirma-se uma relação positiva e significativa entre o tamanho e a auditoria *BigN* para um maior nível de transparência obrigatória. Com relação à transparência voluntária, o estudo aponta para uma relação positiva e significativa para a variável gratuidades como potencial influenciadora do maior nível de transparência das mantenedoras de IESSF e para as mantenedoras de IESCFL, a variável tamanho e local apontam para os maiores níveis de transparência voluntária. O fator determinante da transparência obrigatória resultou ser a auditoria por uma *BigN*, que se mostra positivamente associada com o maior nível de transparência divulgada nas demonstrações contábeis de mantenedoras de IES privadas no Brasil.

Palavras-chave: Mantenedoras de IES privadas. Transparência. Legitimidade. Informação Contábil.

Área Temática: Custos aplicados ao setor privado e terceiro setor

1 Introdução

Mudanças no ensino superior foram alavancadas principalmente por governos com o intuito de promover um acompanhamento e responsabilização das IES, na medida em que o incentivo à educação superior deixou de ser um privilégio da “elite” para incluir a “massa”. Assim, criaram-se oportunidades e desafios para o setor privado do ensino superior, que veio a contribuir para a sua massificação.

A partir desse contexto, a prestação de contas à sociedade pelas organizações que atuam no setor educacional passou a ter um papel representativo. Assim, a transparência de informações é um componente que pode contribuir para aumentar a responsabilidade social das IES privadas junto ao seu público de interesse e assim contribuir para a melhoria do ensino superior no país. Por meio da transparência, a organização busca ser reconhecida e alcançar a sua legitimidade social no intuito de construir um vínculo de confiança. (BEUREN; GUBIANI; SOARES, 2013).

Além da transparência obrigatória que se baseia em normas e regras pré-estabelecidas, a evidenciação voluntária contribui para melhorar a reputação da organização perante a sociedade. (HEALY; PALEPU, 2001; MACAGNAN, 2009). Estudos em Contabilidade como os de Hendriksen e Van Breda (2015), assim como Iudícibus (2015), assinalam que as demonstrações contábeis contribuem fornecendo um fluxo de informações úteis para a tomada de decisão. Neste sentido, a literatura tem apontado que certas características organizacionais tais como: tamanho, endividamento, tamanho da empresa de auditoria e lucratividade contribuem para uma maior transparência de informações, o que pode orientar os investidores na análise das demonstrações contábeis destas organizações antes da tomada da decisão na alocação de recursos. (AHMED; COURTIS, 1999).

A divulgação de informações contábeis obrigatórias pelas organizações privadas no Brasil segue padrões de evidenciação determinados pelas normas de contabilidade e a divulgação requerida pelo padrão *International Financial Reporting Standards (IRFS)*. Dessa forma, o uso sistemático das demonstrações contábeis pode ser uma chave eficiente para o investidor. (BUSHMAN; PIOTROSKI; SMITH, 2004; CUNHA; RIBEIRO, 2007; ATTIE, 2011; SLOMSKI *et al.*, 2012; IUDICIBUS; 2015; LIMA; PEREIRA, 2011).

Quanto ao ensino superior, a divulgação de informações contábeis das IES privadas, segundo Coy, Fischer e Gordon (2001) contribui para a responsabilidade social destas instituições, uma vez que o objetivo final das IES é manter ou aumentar o valor real percebido para o diploma concedido. A divulgação de demonstrações contábeis mais completas pode ajudar a aumentar a credibilidade, permitindo aos interessados uma melhor compreensão e conhecimento dos objetivos e missão das IES, conduzindo a uma maior percepção de responsabilidade social. (COY; FISCHER; GORDON, 2001; COY; TOWER; DIXON, 1993).

Desse contexto, emerge a questão problema, para a qual este estudo proposto buscará resposta: **Quais são os fatores determinantes que explicam o nível de transparência nas demonstrações contábeis de Mantenedoras de Instituições privadas de Ensino Superior (IES) no Brasil?**

O objetivo geral é identificar os fatores determinantes que explicam o nível de transparência nas demonstrações contábeis divulgadas por mantenedoras de IES privadas no Brasil. Este estudo justifica-se na medida que contribui para o conhecimento acerca do tema relacionado à transparência das IES privadas no Brasil, decorrente da necessidade das mantenedoras de IESSFL terem a necessidade de serem reconhecidas como sendo de utilidade pública e desta forma manterem a imunidade tributária que contribui para a sua sustentabilidade econômico-financeira. De outra parte, coloca-se o desafio para as mantenedoras de IESCFL em zelar pela qualidade acadêmica e o a geração de valor aos investidores.

Vários estudos nacionais têm sido realizados relacionados ao tema da evidenciação de informações econômicas, sociais e ambientais das IES privadas do Brasil (LIMA; PEREIRA, 2011; PEREIRA, 2012; SEIBERT; MACAGNAN, 2015; SANTOS; GAIOT; FIGUEIREDO FILHO, 2015; PACHECO; MACAGNAN; SEIBERT, 2016; SEIBERT, 2017). Estudos internacionais também tem sido desenvolvidos (SAID-HUNG; BERLANGA, 2018; ANGREANI, 2014; FILIATREAU; SVETLANA, 2011; OLLDASH; ENKELEDA, KOKA; ENKELEJDA, 2014). Portanto, considera-se o tema pertinente para aumentar o campo de conhecimento acerca da transparência em IES privadas do Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Legitimidade e Transparência Organizacional

Conforme Cunha e Ribeiro (2007), a comunicação de informações de natureza contábil e social pelas organizações em suas demonstrações contábeis, ao seu público de interesse, contribui para promover um ambiente de transparência e ajuda as organizações a administrar conflitos de interesse e a reduzir a assimetria da informação entre gestores e investidores. As organizações buscam desenvolver suas atividades de modo a manter e a reparar sua legitimidade para atender às expectativas do público de interesse. Nesse sentido, as organizações sociais se legitimam perante a sociedade, na medida em que evidenciam um conjunto de informações sobre suas atividades, divulgando ações que contribuem e interferem no tratamento das questões econômicas, sociais e ambientais. Do mesmo modo, a sociedade pode assumir posições críticas de avaliação do cumprimento dos propósitos assumidos por estas organizações, a fim de estabelecer a sua aceitação. (BEUREN; GUBIANI; SOARES, 2013).

Como aponta Patten (1991), a desconfiança da sociedade em relação à atividade organizacional pode pressionar na construção de respostas como maior *disclosure* social, na tentativa de criar uma imagem de responsabilidade social.

As organizações podem complementar sua divulgação obrigatória com a evidenciação

voluntária, que tem o papel de contribuir para aumentar seu nível de transparência. Para Macagnan (2009), a divulgação de informações voluntárias contribui para reduzir a assimetria informacional entre o gestor e os demais *stakeholders*, uma vez que as motivações de ambos podem ser diversas. O gestor pode estar interessado em inserir a organização no mercado de capitais. Já a discricionariedade da oferta de ações poderia ser uma opção do investidor.

Nessa linha, a Contabilidade pode contribuir com a divulgação de informações sociais e ambientais nas demonstrações contábeis, não se restringindo meramente àquelas tidas como obrigatórias e ou financeiras. (ROVER; SANTOS, 2014).

Quanto ao ensino superior para Pitcher (2013), os incentivos comerciais podem distorcer a missão central da “excelência acadêmica” das IES privadas, criando “motivos puramente utilitários” para currículos e pesquisas. No entanto, na busca por legitimidade e responsabilidade social, as IES privadas buscam satisfazer padrões de qualidade acadêmica para manter a sustentabilidade econômica e satisfazer os interesses dos diversos públicos. (PITCHER, 2013).

2.2 Evidenciação Contábil

Para Hendriksen e Van Breda (2015, p.512) a divulgação de informações em sentido estrito se resume à “veiculação da informação” financeira dentro das demonstrações contábeis. Neste sentido, para Iudícibus (2015) a função da Contabilidade é fornecer um fluxo de informações úteis para a tomada de decisão, ou seja, toda a informação divulgada pela organização precisa ser adequada, justa e plena. Em linha com a ideia de Iudícibus (2015), Hendriksen e Van Breda (2015) lançam três questões fundamentais sobre a divulgação adequada: para quem, qual a finalidade e qual a qualidade da informação que deverá ser divulgada. Para os autores, os objetivos da divulgação aos acionistas, investidores e credores são claros, pois todos esses grupos mostram algum interesse econômico na organização. Contudo, a divulgação para clientes, empregados e público geral não tem sido bem esclarecida, uma vez que suas decisões não são bem conhecidas. Assim, parte-se da premissa de que a informação útil ao primeiro grupo também o seja para os demais.

De acordo com Ahmed e Courtis (1999), os principais achados nas pesquisas divulgadas têm mostrado consistência significativa em relação ao *disclosure* para as grandes corporações (*size*) e as listadas na bolsa de valores (*listing status*). Resultados mistos foram evidenciados para alavancagem (*leverage*), lucratividade (*profitability*) e tamanho da empresa de auditoria (*BigN*).

Problemas na divulgação da informação podem impedir a correta alocação de recursos na economia. Dessa forma, a divulgação de informações pode amenizar esta situação. A contratação ótima entre investidores e gestores pode fornecer incentivos para um *disclosure* melhor e órgãos reguladores podem requerer que a organização divulgue mais informações. (HEALY; PALEPU, 2001). Assim, Healy e Palepu (2001) apontam que a eficácia do *disclosure* obrigatório na resolução de problemas de agência é discutida na literatura, contudo, as organizações podem melhorar a divulgação de informações por meio *disclosure* voluntário. Estudos que têm investigado o comportamento de divulgação discricionária presumem que a organização pode não querer divulgar certas informações, mas qualquer divulgação deve ser verdadeira.

Pertinente à transparência de informações divulgadas pelas IES privadas, Coy, Fischer e Gordon (2001) comentam que um dos objetivos das IES é manter ou aumentar o valor real percebido para o diploma e os relatórios contábeis mais abrangentes podem contribuir na divulgação do profissionalismo e da gestão destas instituições de educação e aumentar sua reputação pública. Todavia, uma maior divulgação de informações acadêmicas, sociais e ambientais pode contribuir para um melhor entendimento por parte dos *stakeholders* dos progressos dessas instituições. (COY; FISCHER; GORDON, 2001). Desta forma, uma melhor

evidenciação de informações contábeis pode melhorar a *accountability* junto ao público de interesse e conduzir a IES a obter ganhos deste. Relatam os autores que o público em geral que inclui fornecedores, alunos, professores e o governo, ainda percebe as instituições de educação com certo ceticismo. Todavia, a divulgação de demonstrações contábeis mais completas pode ajudar a aumentar sua credibilidade, permitindo aos interessados uma melhor compreensão e conhecimento sobre os objetivos e missão das IES que podem conduzir a uma maior responsabilidade pública. (COY; FISCHER; GORDON, 2001).

2.3 Ensino Superior Privado no Brasil

As mantenedoras de IES privadas, de acordo com Rodrigues (2003), dividem-se em associações ou sociedades civis, podendo ter como objeto social a finalidade lucrativa ou não, em sociedades comerciais com fins lucrativos (sociedades empresárias) e fundações sem finalidade lucrativa.

A organização econômica das IES privadas sem fins lucrativos segundo Pacheco, Macagnan e Seibert (2016), pertence ao terceiro setor, ou seja, tem como principal característica a utilidade pública, pois tem como atribuição suprir funções do estado concernentes às atividades de educação, saúde e assistência social. Quanto à transparência, as mantenedoras de IESSFL devem atender aos princípios fundamentais de contabilidade, conforme as resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente no tocante à Interpretação Técnica Geral - ITG 2002.

Já as mantenedoras de IES privadas com fins lucrativos, são responsáveis pelo crescimento do número de matrículas nos anos recentes, de acordo com os estudos de Pitcher (2013). Conforme Pitcher (2013), as IESCFL estão em condições de oferecer diplomas e currículos condizentes com as necessidades de empregadores e estudantes, os investidores privados no ensino superior estão representados pelas mantenedoras de IESCFL e são caracterizados como pertencentes ao segundo setor da economia, que abarca as organizações e indivíduos que orientam seus objetivos para o lucro econômico.

2.4 Formulação das Hipóteses do Estudo

Neste tópico, propõem-se a formulação de hipóteses a partir da revisão da literatura e dos resultados dos estudos empíricos localizados.

Quadro 1: Quadro de hipóteses

Hipótese	Fundamentação
H₁ : Existe uma relação positiva entre o tamanho da mantenedora de IES privada em termos de ativo total médio e uma maior extensão na divulgação de informações nas demonstrações contábeis.	organizações de maior porte possuem uma extensão de divulgação de informações mais ampla (RAFFOURNIER, 1995; SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014; ROVER; SANTOS, 2014; ROVER; MURCIA; MURCIA, 2015; AHMED; COURTIS, 1999; PEREIRA, 2012).
H₂ : Existe relação positiva entre o nível de transparência de informações contábeis e a rentabilidade da mantenedora de IES privada.	lucratividade maior sugere uma relação positiva com o grau de divulgação de informações (CUNHA; RIBEIRO, 2007; RAFFOURNIER, 1995).
H₃ : Não relação entre a alavancagem e a extensão na divulgação de informações pelas mantenedoras de IES privadas em suas demonstrações contábeis	relação negativa entre o endividamento total e a divulgação de informações nas demonstrações contábeis MURCIA; SANTOS, 2009; CUNHA; RIBEIRO, 2007; LIMA; PEREIRA, 2011; ROVER; SANTOS, 2014; RAFFOURNIER, 1995; PEREIRA, 2012; SOUZA; ALMEIDA, 2017).
H₄ : O nível de evidenciação de informações nas demonstrações contábeis das IESSFL tem uma relação positiva com o volume de recursos aplicados em gratuidades.	maior divulgação de informações em relação ao volume de gratuidades concedidas (LIMA E PEREIRA 2011)
H₅ : Mantenedoras de IES privadas auditadas por empresas	variável tamanho da empresa de auditoria para

de auditoria pertencentes ao grupo das BigN apresentam maior nível de transparência em suas demonstrações contábeis divulgadas.	explicar a extensão da divulgação de informações, porém com resultados divergentes. (DeANGELO, 1981; RAFFOURNIER, 1995; MAPURUNGA; PONTE; HOLANDA, 2014; ROVER; SANTOS, 2014) (ROVER; MURCIA; MURCIA, 2015)
H ₆ : A localização geográfica da mantenedora de IES privada interfere positivamente na divulgação de informações de natureza obrigatória e voluntária em suas demonstrações contábeis.	localização geográfica da mantenedora pode interferir para uma maior divulgação de informações em suas demonstrações contábeis (PEREIRA, 2012)

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

3 METODOLOGIA

3.1 População e Amostra

A população do estudo compreende 86 mantenedoras de universidades privadas (aqui denominadas de IES privadas), credenciadas no Ministério da Educação (MEC). A consulta aos dados realizou-se no sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil (e-MEC). A população das mantenedoras de IESSFL é composta por 71 entidades, que representam 82,56% da população. Por sua vez, as mantenedoras de IESCFL somam 15 entidades, equivalente a 17,44% do todo. O período de análise compreende os anos de 2011 a 2016.

Da referida população, foram excluídas 38 mantenedoras de IES privadas, cujas demonstrações contábeis não se tornaram acessíveis. Ainda foram desclassificadas 3 mantenedoras que não apresentaram dados necessários para a consecução deste estudo. Assim, a amostra é composta por 45 mantenedoras de IES privadas do Brasil. A composição da amostra por categoria administrativa de mantenedoras, restou em 39 mantenedoras de IESSFL e 6 mantenedoras de IESCFL, totalizando 270 observações.

3.2 Coleta de Dados

Para a realização deste estudo, foram coletadas as demonstrações contábeis tornadas públicas pelas mantenedoras de IES privadas no Brasil, relativas aos exercícios sociais encerrados no período de 2011 a 2016, por meio da pesquisa em jornais, diário oficial, páginas *web* institucionais e contato direto com o responsável técnico.

Os dados foram coletados e tabulados para atender às diretrizes de apresentação das informações de divulgação obrigatória e voluntária, conforme especificam as normas contábeis adotadas no país e a legislação que regula o setor educacional no que concerne à divulgação das demonstrações contábeis das IES privadas, classificadas de acordo com sua constituição jurídica. Dessa forma, deve-se atentar aos requisitos de natureza obrigatória que compõem o conjunto completo das demonstrações contábeis e notas explicativas, assim como os requisitos para a divulgação voluntária segundo o que determina a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental.

3.3 Construção dos Índices de Transparência

3.3.1 Determinação do Índice de Transparência Obrigatória das IESSFL (ITOSFL)

Para as mantenedoras de IESSFL, o atendimento normativo contábil segue os requisitos das Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 10.4 – Fundações, NBC T 10.19 – Entidades Sem Finalidade de Lucros e a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucros. Essas normas regulamentam, em termos contábeis, as demonstrações contábeis de entidades sem fins lucrativos, o que compreende: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. Dessa forma, a relação de requisitos considerados como obrigatórios para este estudo é composta por 39 itens elencados de acordo com as normas que regulam a divulgação de informações contábeis das IESSFL. Cada item

evidenciado equivale a 1 ponto e não evidenciado equivale a zero ponto.

3.3.2 Determinação do Índice de Transparência Obrigatória das IESCFL (ITOCFL)

Para as mantenedoras de IESCFL, o atendimento normativo está amparado nas determinações da lei 6.404 de 1976 – Sociedades por ações, Lei 11.638 de 2007 e disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O conjunto completo das demonstrações contábeis dessas mantenedoras de IES privadas é composto por Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. Os requisitos obrigatórios incluem 46 itens de divulgação. Cabe ressaltar que os pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis que não estão vinculados diretamente ao setor educacional não foram contemplados nesta relação de itens considerados obrigatórios. Cada item evidenciado equivale a 1 ponto e não evidenciado equivale a zero ponto.

3.3.2 Determinação do Índice de Transparência Voluntária (ITV)

No intuito de cumprir com o objetivo proposto para este estudo, acrescentam-se os itens de verificação da divulgação voluntária, conforme determina a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. A relação de requisitos considerados como sendo de divulgação voluntária é composta por 31 itens de verificação para a divulgação nas demonstrações contábeis das IES privadas. Ressalta-se que foram incluídos 2 itens à relação da NBC T 15 para verificar a divulgação de indicadores da qualidade acadêmica, tais como: o Índice Geral dos Cursos (IGC) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), como item complementar no desdobramento da dimensão da educação. Cada item evidenciado equivale a 1 ponto e não evidenciado equivale a zero ponto.

3.4 Variáveis dos Modelos de Regressão – Teste de Hipóteses

Este estudo aplicará dois modelos de regressão linear múltipla para analisar as variáveis que evidenciam a transparência de informações obrigatórias e voluntárias nas demonstrações contábeis de mantenedoras de IES privadas no Brasil, conforme segue:

Quadro 2: Modelo de regressão das IESSFL

Regressão 1	Equação
	$ITO_{it} = \beta_0 + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 RENT_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 GRAT_{it} + \beta_5 AUD_{it} + \beta_6 LOCAL_{it} + \epsilon_{it}$
	$ITV_{it} = \beta_0 + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 RENT_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 GRAT_{it} + \beta_5 AUD_{it} + \beta_6 LOCAL_{it} + \epsilon_{it}$

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Quadro 3: Modelo de regressão das IESCFL

Regressão 2	Equação
	$ITO_{it} = \beta_0 + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 RENT_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 AUD_{it} + \beta_5 LOCAL_{it} + \epsilon_{it}$
	$ITV_{it} = \beta_0 + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 RENT_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 AUD_{it} + \beta_5 LOCAL_{it} + \epsilon_{it}$

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

As variáveis dependentes utilizadas neste estudo foram o ITO_{it} = Índice de transparência obrigatória de mantenedoras i , no ano t , de IES privadas no Brasil; e, ITV_{it} = Índice de transparência voluntária de mantenedoras i , no ano t , de IES privadas no Brasil.

Tabela 1: Síntese das Variáveis Referentes às Características da Transparência

Sigla	Variável	Operacionalização	Hipótese	Sinal esperado
TAM_{it}	Tamanho da mantenedora i , no ano t .	Logaritmo natural do ativo total médio.	H1	(+)
$RENT_{it}$	Rentabilidade da mantenedora i , no	ROE Médio – Lucro ou	H2	(+)

	ano t.	Prejuízo Líquido / Patrimônio Líquido.		
<i>ENDit</i>	Endividamento da mantenedora i, no ano t.	Passivo Exigível Total médio / Ativo total médio.	H3	(+ ou -)
<i>GRATit</i>	Total de gratuidades médias das IESSFLi, no ano t.	Logaritmo Natural da Gratuidade Total média – IESSFL.	H4	(+)
<i>AUDit</i>	Contratação da auditoria pela mantenedora i, no ano t.	<i>Dummy</i> – 1 = <i>BigN</i> e 0 = <i>NBigN</i> .	H5	(+)
<i>LOCALit</i>	Região geográfica da mantenedora i, no ano t.	<i>Dummy</i> – 1 = Região Sudeste e 0 = demais regiões.	H6	(+)

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

A *proxy* para o tamanho da mantenedora foi estabelecida em razão do logaritmo natural (LN) do ativo total médio (AT), com vistas a normalizar a distribuição das variáveis. Para a variável da rentabilidade, foi estabelecida a *proxy* do retorno sobre o patrimônio líquido (*ROE* – *Return On Equity*) médio. O indicador será obtido pela divisão do lucro/prejuízo líquido pelo patrimônio líquido médio do período em estudo. Como *proxy* para calcular a variável do endividamento das mantenedoras será utilizada a razão entre o passivo exigível total médio e o ativo total médio. Já como *proxy* para a variável das gratuidades divulgadas pelas mantenedoras de IESSFL será utilizado o logaritmo natural do valor absoluto das gratuidades médias para normalizar a distribuição das variáveis. A variável auditoria foi operacionalizada a partir de uma variável *dummy*, com valor igual a um (1) caso a mantenedora divulgue a sua condição de ter sido auditada por uma empresa de auditoria pertencente ao grupo das *BigN* e zero (0) quando a auditoria foi realizada por outra empresa de auditoria (*NBigN*) ou quando o relatório da auditoria não for divulgado. A característica de local tem a prerrogativa de indicar a região geográfica onde está estabelecida a mantenedora e será utilizada uma variável *dummy* (D) para sua análise, onde: D1 Sudeste e D0 Demais. Atenta-se para o fato de que a região norte não contribui com dados para a amostra.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Descrição do Índice de Transparência das Mantenedoras de IES privadas

A Tabela 2 apresenta a relação das mantenedoras de IES privadas sem fins lucrativos que apresentam o maior (posição 1 até 6) e o menor (posição 37 a 39) índice médio de transparência para o período observado. Verifica-se com base na Tabela 2, que em média houve um leve progresso quanto à divulgação de informações contábeis pelas mantenedoras de IESSFL de 2011 (0,7640) a 2014 (0,7830). Todavia, tal crescimento não se confirmou para os anos seguintes, 2015 e 2016 (0,7692), estabelecendo a média geral 0,7732 (77,32%), não apresentando uma evolução constante ao longo do período observado.

Tabela 2: Índice médio do ITOSFL para as mantenedoras de IESSFL

R	Mantenedora	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Índice médio
1	Fundação São Paulo	0,9744	0,9744	0,9744	0,9744	0,9487	0,9487	0,9658
2	União Brasileira de Educação e Cultura	0,9744	0,9744	0,9744	0,9744	0,9487	0,9487	0,9658
3	Associação Paranaense de Cultura	0,8974	0,9231	0,9231	0,9744	0,9487	0,9744	0,9402
4	Sociedade Campineira de Educação e Instrução	0,9487	0,9231	0,9231	0,8974	0,8974	0,8974	0,9145
5	Fundação Educacional da Região de Joinville	0,9231	0,8974	0,8974	0,8974	0,8974	0,9231	0,9060
6	Fundação Universidade de Passo Fundo	0,8974	0,8974	0,8974	0,9231	0,8974	0,8974	0,9017
37	Fundação de Integração Desenvolvimento e Educação do Noroeste do RS	0,5128	0,5128	0,5897	0,5897	0,5641	0,5641	0,5556
38	Fundação Universidade de Itaúna	0,5128	0,5128	0,5128	0,5128	0,5128	0,5128	0,5128

39	Fundação de Ensino e Tecnologia Alfenas	0,3846	0,3846	0,3846	0,3846	0,3846	0,3590	0,3803
Índice médio		0,7640	0,7732	0,7804	0,7830	0,7692	0,7692	0,7732

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Observa-se que as mantenedoras R1 e R2 lideraram o ‘ranking’ da amostra pesquisada, alcançando um índice médio de 96,58% no atendimento aos itens de natureza obrigatória para os 6 anos observados. De outro lado, a mantenedora R39 apresenta o menor índice médio de transparência, alcançando apenas 38,03% no atendimento ao *compliance* obrigatório. Pode-se afirmar que, apesar de as normas contábeis orientadoras da divulgação obrigatória de informações contábeis para o setor já estarem consolidadas desde a década de 1990 e recentemente a ITG 2002, o período analisado ainda apresenta faltas para uma quantidade significativa de mantenedoras quanto ao *compliance* obrigatório.

Nesta mesma linha, com base na Tabela 3, apresenta-se os índices da transparência voluntária para as mantenedoras de IES privadas sem fins lucrativos, aonde verifica-se que o índice médio total no atendimento aos requisitos voluntários ficou estabelecido em 0,1326 (13,26%) para o período em estudo.

Tabela 3: Índice Médio do ITVSFL para as mantenedoras de IESSFL

R	Mantenedora	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Índice médio
1	Missão Salesiana de Mato Grosso	0,4516	0,4516	0,4516	0,4516	0,4516	0,4516	0,4516
2	Sociedade Educacional Uberabense	0,3548	0,3548	0,3548	0,3548	0,3548	0,3548	0,3548
3	Fundação São Paulo	0,2258	0,2581	0,2581	0,3548	0,3548	0,3548	0,3011
4	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	0,2258	0,2258	0,2258	0,2258	0,2258	0,2258	0,2258
36	Fundação Universidade de Itaúna	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323
37	Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323
38	Associação Paranaense de Ensino e Cultura	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323
39	Fundação Percival Farquhar	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323
Índice médio		0,1323	0,1332	0,1299	0,1315	0,1340	0,1348	0,1326

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

O conjunto de dados da amostra apresentados na Tabela 3 revela que o atendimento é parcial aos requisitos da transparência voluntária, sobressaindo-se as mantenedoras R1 e R2 que divulgaram em conjunto às demonstrações contábeis, o relatório socioambiental que contribuiu significativamente para a melhoria do seu desempenho quanto à transparência. Os dados coletados revelaram que apenas uma mantenedora evidenciou em nota explicativa às demonstrações contábeis, a implementação e a gestão da *ISO 14.001 - International Organization for Standardization* no seu *campus* universitário. Apesar de o setor de serviços de educação superior não configurar como sendo o de alto impacto ambiental no Brasil, a preocupação em evidenciar à sociedade as estratégias e ações de preservação ambiental contribui para a reputação destas mantenedoras.

Na sequência apresenta-se na Tabela 4 o índice médio de atendimento aos requisitos obrigatórios das mantenedoras de IES com fins lucrativos.

Tabela 4: Índice Médio do ITOSFL para as mantenedoras de IESCFL

R	Mantenedora	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Índice médio
1	Estácio Participações S/A	0,9783	0,9783	0,9348	0,9348	0,9348	0,9348	0,9493
2	Kroton S/A	0,9348	0,9348	0,9348	0,9348	0,8696	0,8696	0,9130
3	Anima Educacional S/A	0,8696	0,8696	0,9130	0,9130	0,8913	0,8913	0,8913
4	Cruzeiro do Sul Educacional	0,8696	0,8696	0,8478	0,8478	0,8478	0,8043	0,8478
5	Ser Educacional S/A	0,8043	0,8043	0,8261	0,8696	0,8478	0,8478	0,8333

6	Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	0,6739	0,6522	0,5435	0,5435	0,3478	0,3478	0,5181
Grau total médio		0,8551	0,8515	0,8333	0,8406	0,7899	0,7826	0,8255

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Constata-se por meio da Tabela 4 que a mantenedora Estácio Participações alcança o maior índice de transparência obrigatória (94,9%) para o período observado e a mantenedora Positivo apresenta o menor (51,8%) índice médio de transparência. A razão da redução do índice de transparência da amostra das IESCFLL é motivada pela mantenedora Positivo, que interfere negativamente no índice de transparência, pois, passou a divulgar de forma resumida as suas demonstrações contábeis para os anos de 2015 e 2016 (35%), atendendo de forma reduzida o *compliance* obrigatório.

Em relação à transparência voluntária das mantenedoras de IES privadas com fins lucrativos, apresenta-se na Tabela 5 as médias de atendimento para o período observado, conforme a NBC T 15.

Tabela 5: Índice Médio do ITVSFL para as mantenedoras de IESCFLL

N.	Mantenedora	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Índice médio
1	Estácio Participações S/A	0,3548	0,3548	0,4194	0,4194	0,4194	0,4194	0,3978
2	Anima Educacional S/A	0,1613	0,1613	0,2581	0,2581	0,2581	0,2581	0,2258
3	Kroton S/A	0,1290	0,1290	0,1613	0,1613	0,1613	0,1613	0,1505
4	Ser Educacional S/A	0,0968	0,0968	0,0968	0,1290	0,1290	0,1613	0,1183
5	Cruzeiro do Sul Educacional	0,0968	0,0968	0,0968	0,0968	0,0968	0,0645	0,0914
6	Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323	0,0323
Índice médio		0,1452	0,1452	0,1774	0,1828	0,1828	0,1828	0,1694

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

A Tabela 5 revela um baixo índice médio de atendimento voluntário (16,94%) na divulgação das demonstrações contábeis para o período observado para as IESCFLL. Quanto a evidenciação de informações da dimensão de recursos humanos, esta atingiu 20% de atendimento, destaca-se o item da divulgação de gastos com encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos empregados com 83%. Já a dimensão da relação com o ambiente externo atinge 16% e o item que divulga valores e propósitos atingiu 100% e foi divulgado por todas as mantenedoras, para todos os períodos observados. E por fim, a dimensão ambiental, com 6% de itens atendidos, revela que não há uma preocupação na divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis. Todavia, a mantenedora Estácio Participações divulgou em seu Relatório da Administração, que desenvolveu seu relatório de sustentabilidade baseado no Global Reporting Initiative (GRI), na versão G4/Essencial a partir de 2014.

Os resultados da estatística descritiva evidenciam que os atendimentos aos requisitos obrigatórios das IESSFL estão em linha com os achados de Pereira (2012), que mostram uma falta no atendimento completo às normas do setor. Nesta mesma linha, Santos, Ponte e Mapurunga (2014) revelam em seus achados o baixo índice de cumprimento obrigatório de organizações listadas na BM&FBovespa, confirmando os resultados deste estudo.

4.2 Fatores Determinantes da Transparência de IESSFL

A transparência obrigatória, conforme Tabela 6 evidencia que a variável gratuidades (GRAT) e auditoria por uma *BigN* (AUD) apresenta maior significância para as mantenedoras de IESSFL, o que denota que as maiores mantenedoras em termos de valores aplicados em gratuidades e auditadas por uma *BigN*, tendem a apresentar maior transparência na divulgação de suas demonstrações contábeis.

Tabela 6: Análise da Transparência Obrigatória 2011 a 2016 das IESSFL

Variável	Coeficiente	Erro padrão	t-Estatístico	Probabilidade
----------	-------------	-------------	---------------	---------------

Constante	0.037621	0.105108	0.357927	0.7207
TAM	0.015279	0.009427	1.620800	0.1064
REND	-0.010003	0.022242	-0.449708	0.6534
END	0.032130	0.022125	1.452162	0.1478
GRAT	0.051047	0.008369	6.099758	0.0000**
AUD	0.107687	0.019317	5.574741	0.0000**
LOCAL	-0.027026	0.013951	-1.937218	0.0540

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

R² ajustado = 0,3876

*Prob<0,05 / **Prob<0,01

Quanto a transparência voluntária, percebe-se por meio da Tabela 7 que apenas a variável gratuidades apresenta diferença significativa.

Tabela 7: Análise da Transparência Voluntária 2011 a 2016 das IESSFL

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t-Estatístico	Probabilidade
Constante	-0.386677	0.077048	-5.018653	0.0000**
TAM	0.002586	0.006910	0.374305	0.7085
REND	0.016707	0.016304	1.024714	0.3066
END	0.001984	0.016219	0.122303	0.9028
GRAT	0.046984	0.006135	7.658808	0.0000**
AUD	0.018175	0.014160	1.283555	0.2006
LOCAL	-9.55E-05	0.010227	-0.009342	0.9926

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

R² ajustado = 0,3082

*Prob<0,05 / **Prob<0,01

Pode-se concluir em relação às mantenedoras de IESSFL, que as hipóteses confirmadas das gratuidades e auditoria *BigN* revelam que àquelas que alcançam a maior transparência sinalizam o interesse em atender primordialmente aos atos regulatórios, baseando-se essencialmente na transparência contábil. Conforme os estudos empíricos revelam, a contratação de uma empresa de auditoria *BigN* possibilita um atendimento superior às normas contábeis e incentiva aos melhores controles internos pelas mantenedoras de IES privadas com o intuito de se posicionarem em melhores condições para acessar recursos disponíveis. (SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014; PETROVITS; SHAKESPEARE; SHIH, 2011). Desta forma, percebe-se que as características corporativas de auditoria *BigN* e tamanho medido pelas gratuidades das mantenedoras de IESSFL, está altamente alinhado com a transparência. (LIMA; PEREIRA, 2011). Neste sentido, os resultados deste estudo também alinham-se aos achados de Pacheco, Macagnan e Seibert (2016), na medida que as mantenedoras de IESSFL que apresentam os maiores níveis de transparência tem o interesse em divulgar informações sobre a interação com a sociedade no tocante à atendimentos sociais e a concessão de bolsas de estudo, que coaduna também com os achados de Seibert e Macagnan (2015), que concluem que a transparência é valorizada pelos *stakeholders* das IES privadas sem fins lucrativos no que concerne a questões sociais e menos relacionada a requisitos relacionados à gestão e divulgação voluntária. Já as hipóteses rejeitadas pelos testes estatísticos deste estudo, tais como: tamanho, rentabilidade, endividamento e local, revelam que a importância dada pelas mantenedoras de IES privadas sem fins lucrativos para a questão normativa sobrepõem-se à outras variáveis deste estudo.

4.3 Fatores Determinantes da Transparência de IESCFL

A Tabela 8 revela que as variáveis tamanho (TAM) e auditoria por uma *BigN* (AUD), apresentam diferença estatística significativa em relação às outras variáveis do estudo.

Tabela 8: Análise da Transparência Obrigatória 2011 a 2016 das IESCFL

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t-Estatístico	Probabilidade
TAM	0.032715	0.003471	9.426160	0.0000**
RENT	-0.036358	0.051738	-0.702739	0.4875
END	0.168820	0.093715	1.801421	0.0814
AUD	0.315344	0.040581	7.770712	0.0000**
LOCAL	0.043605	0.031677	1.376542	0.1785

Fonte: laborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

R² ajustado = 0,8027

*Prob<0,05 / **Prob<0,01

Já a Tabela 9 revela que a transparência voluntária das mantenedoras de IES privadas com fins lucrativos está significativamente associada às variáveis de tamanho, endividamento e de localização.

Tabela 9: Análise da Transparência Voluntária 2011 a 2016 das IESSCFL

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t-Estatístico	Probabilidade
TAM	0.012559	0.004675	2.686184	0.0115*
RENT	0.082728	0.069697	1.186965	0.2443
END	-0.298792	0.126246	-2.366753	0.0244*
AUD	0.070498	0.054668	1.289575	0.2067
LOCAL	0.095799	0.042673	2.244965	0.0320*

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

R² ajustado = 0,4170

*Prob<0,05 / **Prob<0,01

Sinaliza-se que as mantenedoras de IESCFL confirmaram de forma positiva as hipóteses de tamanho, auditoria *BigN* e localização quanto ao atendimento dos requisitos divulgados em suas demonstrações contábeis, reforçando os achados (RAFFOUNIER, 1995; SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014; DeANGELO, 1981), que argumentam que as maiores organizações buscam por meio da contratação da auditoria *BigN*, atingir um maior nível de transparência para atender as exigências dos órgãos reguladores, investidores e sociedade em geral, para aumentar a percepção de valor organizacional. Assim, as mantenedoras de IESCFL buscam por meio da transparência alcançar a legitimidade e assim cumprir o contrato social. Observa-se, porém, que a hipótese de endividamento apresentou significância negativa para a transparência voluntária neste estudo, contrariando achados que afirmam que um alto endividamento reforça a transparência com o intuito de reduzir o custo da dívida. (MACAGNAN, 2009; AHMED; COURTIS, 1999). Contudo, os achados deste estudo reforçam a linha de resultados empíricos que afirmam que um alto grau de endividamento pode inibir uma maior transparência com o intuito de preservar interesses de gestores e/ou investidores em detrimento da sociedade. (MURCIA; SANTOS, 2009; LIMA; PEREIRA, 2011; RAFFOUNIER, 1995).

No seu conjunto, os resultados apresentados nos quatro modelos de transparência são significativos. No entanto, os resultados variam conforme a categoria administrativa da mantenedora, mantendo em comum a variável auditoria por uma *BigN* como significativa e positivamente associada à transparência para ambas as categorias administrativas de IES privadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi identificar os fatores determinantes que explicam o nível de transparência nas demonstrações contábeis divulgadas por mantenedoras de IES privadas no Brasil. Os achados revelam que as mantenedoras de IES privadas atendem parcialmente ao índice de transparência obrigatória (77,32% para as IESSFL e 82,55% para as IESCFL) e ao índice de transparência voluntária (13,26% para as IESSFL e 16,94% para as IESCFL), para o período deste estudo. Percebe-se, de modo geral que o índice de transparência obrigatória não

sinaliza uma curva de evolução para o período. Apesar de algumas mantenedoras evidenciarem índices acima de 90% de cumprimento das normas contábeis, a amostra também revela a existência de um conjunto de mantenedoras de IES privadas que apresentam índices aquém dos 70% de cumprimento obrigatório o que não contribui para a evolução dos níveis de transparência. No índice de transparência voluntária, pois, constatou-se que nenhuma mantenedora de IESSFL alcançou um índice superior a 50% de atendimento voluntário, revelando o reduzido interesse em divulgar itens de natureza voluntária nas suas demonstrações contábeis.

Com relação aos fatores determinantes da transparência das IES privadas, as características predominantes que contribuem para o maior nível de transparência obrigatória para este estudo, estabelece-se de forma positiva e significativa para as variáveis gratuidade e auditoria *BigN* para as IESSFL e tamanho e auditoria *BigN* para as IESCFL. O fato de as maiores mantenedoras de IES privadas apresentarem uma divulgação maior está em linha com os diversos achados na literatura, que afirmam que os custos de produção e de divulgação da informação são relativamente menores, pois acredita-se que a informação já circula internamente por necessidades de investidores institucionais e órgãos reguladores. Soma-se a isto o fato de a auditoria por uma *BigN* reforçar a questão do *compliance* obrigatório destas mantenedoras, interferindo positivamente para a transparência.

Pode-se afirmar em relação às IESSFL, observa-se neste estudo que o nível de aprendizagem quanto à incorporação das normas não evoluiu desde o estudo de Pereira (2012), e que permanecem lacunas quanto ao cumprimento obrigatório, o que sugere vulnerabilidade quanto ao atendimento legal e recomenda-se um “*esforçement*” no sentido do cumprimento normativo. Nesse sentido, a forte associação das variáveis gratuidade e auditoria *BigN* com o índice de transparência obrigatória sinaliza que as mantenedoras de IESSFL, ao realçarem estas características, buscam evidenciar de forma mais transparente os requisitos normativos em suas demonstrações contábeis divulgadas de modo a reduzir riscos de uma possível perda do CEBAS o que poderia acarretar graves consequências econômicas e financeiras às mantenedoras de IESSFL. Confirmam-se, assim, os pressupostos da amostra investigada, de que a gratuidade e a auditoria *BigN* são fatores determinantes da qualidade da informação contábil para as mantenedoras de IESSFL.

De outro lado, as mantenedoras de IESCFL reforçam os achados anteriores de que o tamanho e auditada por uma *BigN* seja a mantenedora, maior a tendência de esta fornecer ao público de interesse informações alinhadas com as normas contábeis, sendo sua transparência constatada na análise das demonstrações contábeis divulgadas. No seu conjunto, os quatro modelos do estudo apresentaram significância estatística, sobressaindo de forma geral a determinante da auditoria por uma *BigN*, que se mostra positiva para o modelo do índice obrigatório de ambas as categorias administrativas de mantenedoras de IES privadas, e interferindo significativamente no nível de transparência destas. Já a transparência voluntária necessita avançar nos estudos que envolvam o acréscimo de outras variáveis explicativas para verificar o nível de transparência das mantenedoras de IES privadas.

Quanto a transparência voluntária das mantenedoras de ITVCFL, percebe-se que o tamanho e local apresentam uma relação positiva e significativa para o nível de transparência, enquanto que, o endividamento apresenta uma relação significativa, porém, negativa com a transparência voluntária. Desta forma, este estudo confirma os níveis de transparência para as mantenedoras de maior porte e localizadas no Sudeste. Depreende-se que a região Sudeste é a mais desenvolvida economicamente e a mais populosa do país, o que pode sugerir que a pressão social interfere para uma maior transparência voluntária. Já em relação a determinante do endividamento, o fato de apresentar uma relação negativa, indica que o maior endividamento constatado pode estar interferindo para a omissão de informações voluntárias nas demonstrações contábeis.

Conclui-se com base nos resultados deste estudo, que uma maior transparência na divulgação de informações contábeis pelas mantenedoras de IES privadas deve ser uma busca constante no sentido de reforçar o vínculo de confiança com a sociedade e assim cumprir o contrato social. As mantenedoras de IESSFL devem preservar a condição do CEBAS para usufruírem benefícios fiscais que possibilitam condições mais competitivas na concorrência por recursos cada vez mais escassos para o equilíbrio orçamentário. De outra parte, o desafio das mantenedoras de IESCFE é afirmarem-se como instituições de educação capazes de zelar pela qualidade acadêmica e ao mesmo tempo criar valor para o investidor e assim construir uma atmosfera que contribui para a legitimidade perante a sociedade.

Quanto às lacunas deste estudo, observa-se a restrição no acesso às demonstrações contábeis das mantenedoras de IES privadas para o período observado, limitando os resultados à amostra possível. Como sugestão de pesquisa futura, recomenda-se ampliar a amostra e investigar variáveis qualitativas inerentes a fatores internos e/ou externos que possam estar vinculados à transparência.

REFERÊNCIAS

AHMED, Kamran; COURTIS, John K. Associations between Corporate Characteristics and Disclosure Levels in Annual Reports: A Meta-Analysis. **British Accounting Review**, n.31, p. 35-61, 1999.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BEUREN, Ilse Maria; GUBIANI, Clésia Ana; SOARES, Maurélio. Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas nos relatórios da administração de empresas públicas do setor elétrico. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.37, n.4, jul./ago. 2013.

BM&FBOVESPA. **Índice Bovespa (Ibovespa)**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carreira.htm>. Acesso em: out. 2017.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 21 de jul. 2016.

_____. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 21 de jul. 2016.

BROWN, Noel; DEEGAN, Craig. The public disclosure of environmental performance information – a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. **Accounting and Business Research**, v. 29, n. 1, p. 21- 41, Winter, 1998.

BUSHMANN, Roberto M.; PIOTROSKI, Joseph D., SMITH, Abbie J. What Determines corporate transparency? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, maio 2004.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução 926, de 19 de dezembro de 2001**. Aprova a NBC T 10.19 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, item NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros. Disponível em: <www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2000/000877&arquivo=RES_877.DOC>. Acesso em: 06 de dez. de 2017.

_____. **Resolução 1003, de 29 de agosto de 2004**. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 14 de out. 2016.

_____. **Resolução 1.409, de 27 de setembro de 2012**. Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409>. Acesso em: 04 de jul. 2016.

CHACON, José Marcelo Traina; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Lusófona de Educação**, n. 17, pp 78-100, 2015.

COY, David; FISCHER, Mary; GORDON, Teresa. Public Accountability: a new paradigm for college and university annual reports. **Critical Perspectives on Accounting**, n. 12, pp. 1-31, 2001.

COY, David; TOWER, Greg; DIXON, Keith. Quantifying the quality of tertiary education annual reports. **Accounting and Finance**, v. 33, n. 2, nov. 1993.

CUNHA, Jacqueline Veneroso A. da; RIBEIRO, Maisa de Souza. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração** (eletrônica), São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jul. 2007.

DeANGELO, Linda Elizabeth. Auditor Size and Audit Quality. **Journal of Accounting and Economics**, n. 3, p. 181-99, 1981.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. Information Asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, n. 31, p. 405-40, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA Van, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDIÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 11º ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LIMA, Emanuel Marcos; PEREIRA, Carlos Alberto. Associação entre Índices de *Disclosure* e Características Corporativas das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 11, p. 23-48, jan./abr. 2011.

MACAGNAN, Clea Beatriz. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 45-61, maio/ago. 2009.

MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos R.; PONTE, Vera Maria R.; HOLANDA, Allan Pinheiro. Fatores explicativos da aderência das firmas brasileiras ao *disclosure* relativo às informações por segmento. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 33, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2014.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 72-95, maio/ago. 2009. MURCIA, Fernando Dal-Ri; WUERGES, Artur. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações *versus* gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 28-44, abr./jun. 2011.

PACHECO, Rejane da Rocha; MACAGNAN, Clea Beatriz; SEIBERT, Rosane Maria. Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação de Informações de Organizações do Terceiro Setor. **Revista Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 72-93, maio/ago. 2016.

PATTEN, Dennis M. Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 10, p. 297-307, 1991.

PEREIRA, Fernando Andrade. **Evidenciação contábil**: uma análise das entidades mantenedoras das IES brasileiras de ensino privado sem fins lucrativos. 158 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

PETROVITS, Christine; SHAKESPEARE Catherine; SHIH, Aimee. The Causes and Consequences of Internal Control Problems in Nonprofit Organizations. **The Accounting Review**, v. 86, n.1 p. 325-57, 2011.

PITCHER, Graham Simons. Managing the tensions between maintaining academic standards and the commercial imperative in UK private sector higher education institution. **Journal of Higher Education Policy and Management**, v. 35, n.4 p. 421-31, 2013.

RAFFOURNIER, Bernard. The Determinants of voluntary financial disclosure by Swiss listed companies. **The European Accounting Review**, v. 4, n. 2, p. 261-80, 1995.

RODRIGUES, Gabriel Mário. Mantenedoras e Mantidas: duas entidades e dois sistemas de gestão. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, n. 32, out. 2003.

ROVER, Suliani; SANTOS, Ariovaldo dos. Revisitando os determinantes do *disclosure* voluntário socioambiental no Brasil: em busca de robustez na mensuração da variável socioambiental. **Contabilmetria – Brazilian Journal of quantitative methods applied to accounting**, Monte Carmelo, v. 1, n. 2, p. 15-35, 2º semestre, 2014.

SANTOS, Edilene Santana; PONTE, Vera Maria R.; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos R. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 65, p.161-76, 2014.

SEIBERT, Rosane Maria. **Determinantes da Evidenciação de Informações Representativas de Responsabilidade Social**: um estudo em instituições de ensino superior filantrópicas. 2017. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS, 2017.

SEIBERT, Rosane Maria; MACAGNAN, Clea Beatriz. Evidenciação das Instituições Comunitárias de Ensino Superior: um estudo sob a perspectiva dos públicos de interesse. **CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p.176-209, maio/ago. 2015.

SLOMSKI, Valmor *et al.* **Contabilidade do terceiro setor**: uma abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche; NOGUEIRA, Joana Flávia F. Reformas da Educação Superior no Brasil: tempo (s) e movimento (s). **Revista Lusófona de Educação**, v. 35, n. 35, pp.13-28, 2017.